FOUCAULT: O LIAME DA GENEALOGIA NO PROCESSO CULTURAL DO SABER, PODER E EDUCAÇÃO

FOUCAULT: THE GENEALOGY BOND IN THE CULTURAL PROCESS OF KNOWLEDGE, POWER AND EDUCATION

Cleudio Marques Ferreira[*]
Ismael Ferreira-Rosa[**]

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender o conceito de genealogia em Foucault e suas implicações na formação do processo cultural considerando como fundamentos a transformação da concepção de sujeito, de poder e a percepção das contradições do discurso pedagógico. Primeiramente é preciso fazer o estudo da obra de Foucault para entender a demolição que ele faz acerca do pensamento clássico e sua contribuição teórica para uma nova compreensão do pensamento moderno. E, a partir daí, realizar um elo com a educação, sobretudo no que se refere à produção de conhecimentos. Diante dessa realidade, é necessário conhecer a mudança do conceito de sujeito na modernidade nos fundamentos da genealogia, posteriormente, a análise do poder e por fim contextualizar a educação dentro desse arcabouço teórico.

Palavras-Chave: Genealogia, Disciplina, Sujeito, Poder Educação.

[*] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Filosofia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais e docente no Departamento de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. E-mail: cleudioz@hotmail.com

[**] Doutorando em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Uberlândia e atualmente cursando período-sanduíche na Université Paris 13 – Villetaneuse, como o apoio da CAPES. Mestre em Linguística e Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Uberlândia. É membro integrante do Laboratório de Estudos Polifônicos (LEP) da Universidade Federal de Uberlândia e pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (GEPHPOR) da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. E-mail: ismfero@gmail.com

Abstract: This paper aims to understand the concept of genealogy in Foucault and its implications on the formation of the cultural process taking as basis the transformation of the concept of subject, power and perception of pedagogical discourse contradictions. First, it is necessary to study Foucault's work in order to understand the demolition that he makes in the classical thinking and his contribution to a new theoretical understanding of the modern thought. And from there, it demands a link with education, especially with the knowledge production. Given this reality, it is necessary to know the changes of subject concept in modernity in genealogy fundamentals, then to analyze the power and ultimately to contextualize the education within that theoretical framework.

Keywords: Genealogy, Discipline, Subject. Power, Education

Introdução

Indubitavelmente Foucault foi e ainda é um pensador assaz interpelador e emblemático no âmbito das humanidades, sobretudo pelo fato de legar aos estudiosos da sociedade, história, linguagem uma nova (des) construção cultural. A partir de seus fundamentos teóricos, empreende uma verdadeira reviravolta nas estruturas de poder e saber, para cujos alcances e efeitos de (trans)formação necessário se faz debruçar com esforços e minúcias sobre o conceito de *genealogia*. Imperativo se faz observar que os alcances de tal reviravolta promove deslocamentos e (trans)forma nas e as formas de conceber o mundo, a verdade, o sujeito e suas relações, dentre as quais a educação ocupa um lugar ínclito e suscetível a pertinentes (re)formulações.

Balizado pela possibilidade, fundada na esteira teórica do pensamento foucaultiano, de entender a educação como formadora tanto do espírito quanto do corpo, ligando-a assim à *padeia* grega, à *bildung* alemã e ao *cultum* do supino latino, tem-se o fito de neste trabalho sopesar os alcances epistêmico-filosóficos da revolução do pensamento de Foucault nos limites do discurso pedagógico mediante a noção de genealogia, poder/saber e sujeito em consonância à (trans)formação de processo cultural outro.

Ao se centrar a discussão na noção genealógica da teoria de Foucault, não há a pretensão de se denegar as movências epistemológicas de construção do pensamento do filósofo francês. É evidente que há momentos diferentes de produção em sua obra. Primeiramente, o autor esteve ligado à Arqueologia, posteriormente à Genealogia e por fim à Ética. Quem estuda sua obra acuidosamente nota as diferenças internas em seu corpo teórico, porém não deixa escapar que existem momentos de entrelaçamento. No entanto, por questões de delimitações de escopo e objetivos analíticos, o cerne da discussão se ocupará precipuamente da abordagem genealógica, retornando ao estudo da teoria foucaultiana com vistas a entender a demolição que o autor

faz acerca do pensamento clássico e sua contribuição teórica para uma nova compreensão do pensamento moderno. E, a partir daí, tem-se por objetivo realizar a conexão com a Educação.

Para tanto, é necessário conhecer, primeiramente, a mudança do conceito de sujeito na modernidade a partir dos fundamentos da Genealogia; posteriormente, a análise do poder e por fim contextualizar a Educação dentro desse arcabouço teórico, sobretudo no que se refere à produção de conhecimento no âmbito institucional da academia. Cabe ressaltar que se pode também, dentro desse contexto de discussão, desenvolver algumas reflexões transversais para não perder o momento oportuno de abrir o diálogo com a formação.

Genealogia e um novo processo cultural – sujeito e poder no âmbito da Educação

Quando se coloca a mudança da leitura filosófica ou surgimento de uma nova cultura, formação e educação da modernidade, isto está sedimentado dentro do próprio texto de Foucault. Se Freud expõe três momentos dos conhecimentos que fizeram a mudança do pensamento e do modo de perceber o mundo: a revolução copernicana, a evolução da espécie de Darwin e a teoria do inconsciente dele, Foucault faz uma verdadeira reviravolta na modernidade com a descoberta do ovo de Colombo de Jeremy Bentham, como o próprio filósofo ressalta no livro "Vigiar e Punir":

> Uma espécie de "ovo de Colombo" na ordem da política. Ele é capaz com efeito de vir se integrar a uma função qualquer (de educação, de terapêutica, de produção, de castigo) de aumentar essa função, ligando-se intimamente a ela; de constituir um mecanicismo misto no qual as relações de poder (e de saber) podem-se ajustar exatamente, e até nos detalhes, aos processos que é preciso controlar; de estabelecer uma produção direta entre o "mais-poder" e a "mais-produção". (FOUCAULT, 2010a, p. 195).

A mudança desse pressuposto ocorre no seio da própria modernidade, porque, segundo Foucault, ela tem capacidade para gerar uma nova concepção sobre a ideia de sujeito. Se, antes, tinha-se como referencial teórico o sujeito pensante que domesticava a natureza conforme os seus desejos, segundo os princípios cartesianos, tem-se, agora, o modelo *disciplinar* que transforma o sujeito pensante em sujeito sujeitado. Com isso, prioriza-se o corpo em detrimento à alma para constituir um novo paradigma de conhecimento, em que a alma obedece ao corpo para realizar as necessidades de uma produção sem gerar tanto gasto; e, também, com a eficácia de aumentá-la.

Com este referencial teórico, a alma perde o seu lugar de timoneiro do corpo, como foi ressaltado pelos racionalistas desde os pitagóricos, sendo intensificado por Platão até Hegel, e passa a ser dirigida pelo corpo. A disciplina é quem vai gestar o novo indivíduo, consequentemente, também o corpo é que gestará a sua alma, pois este é fabricado, como esclarece Foucault (2010b, p. 199): "As disciplinas funcionam cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos úteis".

Se, por um lado, há esta concepção, por outro, segundo o filósofo francês, a genealogia que antes nos conduzia à gênesis, à originalidade e aos fundamentos teóricos, leva, agora, com seu estudo a respeito de Nietzsche, a uma nova percepção. Pensar o processo de formação dos homens e das mulheres diante do desenvolvimento histórico é preciso que se entendam os diversos avatares da construção e desconstrução de saberes; mesmo que alguns queiram cristalizar uma verdade, poderá, em dado momento, desfigurar-se como tal.

Embora algumas concepções, ainda arraigadas em seus fundamentos de verdades, sobretudo aquelas que sustentam os seus pressupostos em princípio de causalidade ou de identidade como forma de gestar o conhecimento, relutem em seu modelo de formação, apesar da decadência, procurando manter seus alicerces teóricos, esfacelam-se. Com efeito, sempre ocorre a (trans)formação do referencial teórico de conhecimento. Ele pode se germinar das cinzas da decadência do saber, da nadidade, do caos, da não identidade, isto é, da diferença brota como o novo conhecimento. Com isso, a verdade e o discurso que o sustentam esvanece, pois, quem possui o discurso para afirmar *ser é,* haveria, também, o outro que pudesse negar mediante *o ser não é*.

Se alguém diz "Deus é o criador de todas as coisas", pode indagar: mas quem criou Deus? Seguindo esta linha de raciocínio pode-se, ainda, dizer que por mais que se observe a natureza e o mundo, não se vê Deus criando nada. O que se nota é o homem sendo o demiurgo da existência e não o Ser transcendente. Se se deparar com cada referencial teórico, percebe-se que cada um sustenta, mediante o discurso, suas verdades. Portanto, entende-se que a verdade ou o real só são construídos porque existe atrás de si o discurso sustentado pelo poder; logo, a verdade não é fruto da essencialidade ou da inessencialidade de um Ser ou de um Não Ser. De fato, constituem-se, primeiramente, pelo discurso do poder ou não do que não é, todavia, não deixam de ser poder, e são capazes de submeterem outros a segui-los.

Essa força persuasiva é tamanha que conduz alguns a assimilarem até mesmo cacoetes e incorporá-los na vida cotidiana; além disso, esse discurso de formação efetiva sempre constrói efeitos de poder no afetar e no afetado do poder, no visível e no enunciado do saber. Isto se esclarece nas palavras de Foucault em sua obra "Em Defesa da Sociedade":

> Temos de produzir a verdade como, afinal, de contas, temos que produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para poder produzir riquezas. E, de outro lado, somos igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. (FOUCAULT, 2000, p. 29).

Os pilares que garantiam a verdade inamovível desmoronam-se e passam a se movimentar em um terreno movediço, a certeza se dissolve tal como a gelatina escorre passando entre os dedos, nada está seguro. Tudo flui e está em *devir* segundo a concepção heraclitiana, que também parece contagiar teoricamente tanto Nietzsche como Foucault.

Para melhor entender a genealogia, também é necessário observar a diferença entre as palavras *Ursprung e Herkunf* e, posteriormente, conhecer de mais perto o sentido de *Entestehung* referenciadas em Nietzsche. A diferença entre as palavras *Ursprung e Herkunf* é que a primeira está relacionada à originalidade no sentido quase metafísico, já a segunda busca também essa originalidade, mas com o sentido totalmente diferente, pois esta não tem um *ser* para dar suporte à sua fundamentação e sim a uma procedência. É justamente com essa ideia que sempre poderá haver mais elementos para identificar o conhecimento, que não está pronto e acabado e que desestrutura a segurança inamovível da verdade, como Foucault diz em "Microfísica do Poder":

> Ora, se o genealogista tem o cuidado de estudar a **história** em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há "algo inteiramente diferente"; não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. A razão? Mas ela nasceu de uma maneira inteiramente desrazoável – do acaso. (FOUCAULT, 1996, pp. 17-18).

Negritar a história faz parte da responsabilidade desse estudo. Anteriormente, por um lado, percorria-se a causalidade ou a busca de uma originalidade, retornava-se inicialmente a um motor imóvel de conhecimento que fazia gerar outros; e por outro, seguiam-se as pegadas da história até atingir a sua mumificação para alcançar a sua verdade. Com efeito, o que se deseja plenamente é a ruptura com essa concepção de história, sobretudo com as marcas simbólicas de solenidades, e passar a analisar as contradições de um período, sabendo, ainda, que na decadência de cada momento, nele mesmo já existe o novo.

Dessa forma, não é necessário buscar a justificativa em uma supra-história ou em uma meta-história, nem tampouco trazer reminiscência, procurar identidade e *a* verdade da história, mas perceber que o acontecimento das forças antagônicas em sua totalidade é a marca. Solapa-se o

discurso constituído de um poder que privilegia os altares da história e cogita-se formalizar outro que tenha a pretensão de mergulhar nas entranhas da história para aproximar-se de seus acidentes e imediatismos. Procura-se desgarrar da concepção clássica e iniciar uma interpretação genealógica da história, considerar o que foi negado ou escondido com a intenção de sufocar alguns saberes contraditórios existentes no objeto de pesquisa por um certo discurso.

A genealogia pretende desencobrir e dar visibilidade a todas as forças contrárias que asseguram a constituição de uma verdade ou de uma análise de um momento social para a formação de um novo saber, sem a submissão à autoridade que venha garantir conhecimento encharcado de preconceito e de tantas lacunas. Neste sentido, *Herkunf* pode ser entendido melhor como procedência, ou seja, vindo de algum lugar ou como o próprio Foucault fez a transliteração por proveniência.

Daí, tem-se, portanto, a identidade com o tronco familiar, com uma raça; não se pretende definir isto ou aquilo, fixando o movimento, mas, pelo contrário, mostrar as diferenças existentes como fonte de vitalização do devir. Assim, a proveniência desse tronco familiar, da proliferação dos acontecimentos e do corpo é desvendada através da genealogia, a multiplicidade de elementos diferentes que constitui uma realidade, um eu e um corpo que, ao defini-los, neles mesmos, os elementos negam a própria definição e dão continuidade ao movimento. Como comenta Foucault em "Microfísica do Poder": "A pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo" (FOUCAULT, 1996, p. 21). Desse modo, em *Herkunf* fervilham as contradições e mostra o grau de seu desfalecimento para o surgimento de outro conhecimento.

Já em *Entestehung*, entendido como emergência, veem-se as contradições em confronto. É nesta batalha das heterogeneidades constituída por um corpo que provoca o movimento e ele surge pronto, porém não acabado, mas devir; enquanto na concepção tradicional, o *isto* que aparece é tomado como fim e, além disso, tenta demonstrar o presente com o original, eclipsa às suas vistas o momento ao procurar dar sustentação ou razão de existência desse objeto como um Ser, um Princípio ou uma Lei fora dele.

Contrário a essa fundamentação, Foucault explicita, mediante o seu texto, que a emergência está encharcada de potencialidades, a qual gera uma constante luta entre si. É a partir desses contrários permanentes que existem tanto no indivíduo, quanto no corpo social e na natureza, que é possível entender a nova concepção de poder desenvolvida no interior das reflexões foucaultianas. Desse conflito permanente entre o caos e o cosmos para plasmar a originalidade do devir das coisas, há, também, este mesmo movimen-

to entre os homens quando disputam uns com os outros, no sentido de uma parte dominar a outra. Nesse itinerário, nota-se o deslocamento do poder em diversos momentos históricos.

Tinha-se outra concepção de poder que é a centralizada. Situava-se nas mãos do soberano pastoreiro que, se preciso fosse, doava a vida pelas suas ovelhas e se uma delas desgarrasse das outras, ia ao seu encontro e juntava-a novamente ao grupo. Nesse modelo, ocorria uma interação respeitosa entre o pastor e as ovelhas, pois existia uma confiabilidade destas em relação àquele, pois ele recebia a exterioridade das leis por intercessão de Deus para conduzir o seu rebanho. Isto ocorria não só porque as normas vinham de um Ser supremo, mas também pelo testemunho de vida que o pastor prestava ao seu rebanho.

A transição desse paradigma de poder para o Rei quebra o princípio de soberania que se tinha anterior àquela que estava voltada inteiramente para a melhor condição de vida da ovelha. Neste poder régio submetem-se os súditos somente ao interesse do soberano e, caso haja desobediência, o súdito pode ser castigado e, se preciso for, será sacrificado com a própria vida, ocorrendo uma submissão total ao Rei, ao que passo que o pastor dava a vida pelas ovelhas.

Com o surgimento do período medieval, pretende-se retornar ao princípio do modelo anterior de soberania pastoral, pois a concepção cristã é de igualdade e de amor ao próximo como a si mesmo. Se alguém vivenciou esta máxima, foi Jesus Cristo e, com raras exceções de alguns cristãos, pois a maioria absoluta dos seus filhos, sobretudo aqueles que ocupavam cargo de poder dentro da igreja, utilizaram-no para enriquecer os cofres desta e gozando de um certo respeito da população era capaz de, sutilmente, descobrir os segredos dos seus fiéis, garantindo um certo conforto espiritual mediante suas confissões. Quando esse método não era possível, recorria-se à força para arrancar um segredo através de inquéritos pronunciados diante da vítima pela condenação da queima do corpo para salvar a alma do pecador. Também, quando o corpo era o sinal do pecado e da perdição da pessoa, poder-se-ia levar muitos fiéis à sua flagelação para conseguir a purificação dos seus erros.

A ruptura com tal representação de poder se efetiva com o surgimento do soberano, desta feita, eleito pelo povo que é o representante e garante a vida de uma nação, pois neste contexto, todos são iguais perante a lei. Mesmo que haja alguns deslizes em relação a este princípio, o poder é garantido pelo contrato jurídico efetivado entre o povo e o soberano. Contudo, o povo coloca em risco a sua vida quando há o desrespeito ao Estado, em caso de guerra entre nações ou quando o cidadão, legitimado pelo contrato, falta com respeito ao soberano. Simbolicamente, esta é a relação de força que sempre marcou a representação política. Tanto a obediência

da ovelha em relação ao soberano pastoral, do súdito em relação ao rei e do povo em relação ao soberano contratualista é a imposição de valores do mais forte sobre o mais fraco, o que sempre fez gerar guerra – com exceção da soberania pastoral –. E é nesse combate de forças que se tem explícito a manifestação do poder, pois até mesmo a pseudo-paz, alcançada em certo momento, passa impelir ao conflito porque tanto o derrotado quanto o vencedor permanecem em guerra para assegurar os seus princípios. Este os impõe e aquele se arma para destruí-los, logo, o conflito continua em todas as instâncias das relações sociais. Quem sai vencedor impõe os seus valores, cria o conceito de liberdade e, nesse encadeamento, o discurso do saber pertence ao dominante.

No entanto, essa dominação não é estática, ela corre o risco de sempre desmoronar, pois as regras de convivência não encerram a guerra. Porém, tem-se a pretensão de paz, ainda que essas mesmas regras, na verdade, irão turbinar a própria guerra. Então, a batalha é permanente; se ela faz uma pausa por um momento, não se pense que isto vai durar por muito tempo. Como afirma Foucault "Em Defesa da Sociedade":

> E, se é verdade que o poder político pára a guerra, faz reinar ou tenta reinar uma paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha fina da guerra. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros. (FOUCAULT, 2000, p. 23)

A emergência, *Entstehung,* que são as forças contrárias gestoras das mudanças, pode ocorrer tanto entre nações diferentes como entre indivíduos isolados, sobretudo se estiver doente, porque realiza uma verdadeira batalha em seu interior para resgatar a saúde e conseguir a vitalidade. Como diz Foucault (1996, pp. 25-26),

> o grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras.

Percebe-se, então, a ausência espacial do poder, assim como as suas especulações metafísicas. O que se nota é o dissolver da força no corpo social. E, ao crepitar em cada capilaridade, demonstra a potencialidade de imposição ou de resistência que se manifesta em cada um, mediante a tenta-

tiva do convencimento e do desejo de submeter o outro ao seu domínio, tal como relampejar e trovejar de canhões em guerra, com intuito de intimidar seus oposicionistas.

Ao descortinar a genealogia dos procedimentos, tal força irá alicerçar o relacionamento contíguo entre o poder e o saber. Mesmo sabendo que há uma diferença de natureza entre eles, existe também a captura, isto é, o poder é diagramático, separa cada grupo de relação com o poder em que cada um afeta e é afetado pelo outro, potencialidade e força, enquanto o saber é visão e fala, luz e linguagem – ou seja, o poder é pontual e o saber é formal.

Este movimento torna-se relevante quando se procura observar os seus sinais de desenvolvimento no processo histórico. A sociedade, que antes era agarrada ao modo de trabalho feudal, embora com este sistema houvesse alguns avanços em relação ao escravismo, mesmo assim a exploração da monarquia sobre o senhor feudal e deste sobre seus vassalos, ainda, permanecia. Assim, a ruptura radical com esse modelo de produção, pautado no sistema jurídico, ocorre quando o modelo capitalista transforma a disciplina do período medieval que priorizava flagelação do corpo para conduzir ao asceticismo, à acumulação de riqueza.

Obviamente, este novo modelo faz a quebra da tradição, pois, anteriormente, o tempo pertencia ao monarca e os súditos viviam submissos aos interesses do rei para satisfazer seus desejos; com isso, já havia aí a exploração total do corpo dos súditos, sem ainda o rigor da disciplina, porém com interesse de obter o máximo de produção. Parte do lucro desse trabalho era encaminhada ao senhor feudal que remetia ao rei a maior quantidade de tal trabalho.

Embora este círculo de produtividade causasse enorme exploração, principalmente, aos súditos, gerava grandes despesas ao soberano, porque teria de enviar pessoas de sua estimável confiança para fiscalizar a distribuição correta desses lucros e as taxas de impostos e que eram aumentadas, sobretudo, quando o rei queria satisfazer algumas necessidades luxuosas e justificava este aumento, argumentando o crescimento da população. Enquanto para o soberano, tal atitude possuía a força da legitimidade, ela se corroía e começava gerar o desconforto, a insatisfação e a incerteza à sociedade que, com decorrer do tempo, intensificava-se cada vez mais até começarem os ruídos de descontentamento que, aos poucos, passaram a ser ensurdecedores e começavam os sinais de transformação de valores.

No século XVI, essa transformação germina; brota e arboriza durante os séculos XVII e XVIII, assinalando a verdadeira reviravolta na estrutura de poder e, consequentemente, nos meios de produção, principalmente, na medida em que ocorre o aumento demográfico e faz consonância como novo modelo de produção. Quebra-se a estrutura artesanal de trabalho, entra-se na era fabril cujo modelo de trabalho forma novos elementos que vão construir a essencialidade de um novo homem e um modo de produção.

Tem-se, destarte, a partir desse modelo, a inauguração de um ser social que é a emblemática do período moderno. Foucault, em sua análise da formação dessa cultura, nota ser insuficiente o estudo de alguns pensadores que debruçaram somente sobre a explicação desse período através do contrato; já outros, tomaram os fundamentos da economia como elemento relevante para entender a formação desse momento.

Realizar, então, a reminiscência do século XVIII seguindo as pegadas de Foucault é importante para entender as grandes transformações desse período e constatar que são das lacunas teóricas que se fazem emergir novos pressupostos que darão a formação de novos paradigmas de conhecimento, ou seja, o estudo genealógico do poder. Uma das mudanças emblemáticas desse momento é a chegada da burguesia ao poder. Isto gera mecanismos diferentes e, até mesmo contraditórios, para a manutenção do poder. Esse antagonismo que lhe dá sustentação é notado, por um lado, pela criação da igualdade perante as formas jurídicas alicerçadas pelo parlamentarismo representativo e por outro, pelas disciplinas.

Enquanto as formas jurídicas, mediante o seu discurso, asseguram a igualdade, até mesmo porque elas são o resultado direta ou indiretamente do direito, com ou sem revezamento da vontade de todos formando a *soberania,* a disciplina, por sua vez, é o lado obscuro desse poder. Essa igualdade anunciada como um ideal jurídico é embotada na vida cotidiana. Essa obviedade se concretiza nas relações capilares do micropoder no qual deveria haver a igualdade, porém percebe-se o sinal dos inigualitários e assimétricos entre as pessoas marcadas pela ação da disciplina. Além disso, vê-se como a submissão que conduz os corpos em relação ao poder se presentifica. Está na disciplina, então, o subsolo da existência que garante ter o discurso da liberdade das formas jurídicas.

Com isso, o poder representativo da burguesia que se afirma através dos contratualistas encharca de dicotomia o seu discurso: se, de um lado, o contrato busca o ideal de igualdade, de outro, o panóptico expressa evidentemente ser o elemento essencial da coerção. Parece haver um paradoxo dentro do discurso do poder, pois a relação infinitesimal dele é simbolizada pela legitimidade que se torna ilegítima com a anuência do legítimo. Isto é a marca pedagógica da formação cristã e que está arraigada em nossa cultura desde o julgamento de Cristo, como assinala Alfredo Bosi (2012, p. 15):

> Poder religioso coonestado pelo poder político do Império Romano: eis a aliança que levou Cristo à morte na cruz. Não nos deve espantar que um homem inocente, condenado à morte cruenta por um duplo fórum, tenha sua imagem banida dos tribunais, onde os doutores da lei continuam julgando soberanamente quem deve ser punido ou absolvido. Afinal, deixar pendurado na parede de um juiz a figura inerme de um réu supliciado é sempre uma triste prova da injustiça e da crueldade humana.

Tal como a punição se faz necessária dentro da estrutura de produção, nada, então, mais legítimo que fazer suspensão, não total da lei, para conseguir o máximo da produtividade, como observa Roberto Machado na introdução de "Microfísica do Poder":

> Portanto, exigência que o poder se exerça como direito, na forma da legalidade. Por outro lado, as teorias que, radicalizando a crítica ao abuso do poder, caracterizam o poder não somente por transgredir o direito, mas o próprio direito por ser um modo de legalizar o exercício da violência e o Estado, órgão cujo papel é realizar a repressão. Aí também é na ótica do direito que se elabora a teoria, na medida em que o poder é concebido como violência legalizada. (MACHADO, 1996, p. xv)

Foucault, mediante a genealogia do poder, descortina o ideário da burguesia e põe em xeque tanto os fundamentos contratualistas como os economicistas. Ele desnuda a prioridade da lei e da economia para garantia do poder e coloca como fundamento desse poder a disciplina, como o próprio pensador diz:

> As disciplinas ínfimas, os panoptismos de todos os dias podem muito bem estar abaixo do nível de emergência dos grandes aparelhos e das grandes lutas políticas. Elas foram, na genealogia da sociedade moderna, com a dominação de classe que a atravessa, a contrapartida política das normas jurídicas segundo as quais era redistribuído o poder. (FOUCAULT, 2010a, p. 210).

O autor não nega a contribuição do contratualismo e do economicismo, porém não os prioriza, porque não vê neles os critérios suficientes que dão sustentação à produção, embora eles tenham a sua importância para conhecer como a genealogia explicita elementos que antes permaneciam escamoteados pela estrutura do poder. Por isso, o filósofo derramará mais tinta sobre a *disciplina*, pois para ele, é o elemento nevrálgico da *invenção moderna* cujo arcabouço teórico está em consonância com a nova praticidade, que se estenderá por todo tecido social sem se prender a nenhuma instituição; mas que, ao mesmo tempo, perpassa por todas até atingir a capitalareidade social, agregando os indivíduos para atingir o desejo da estrutura de poder, cuja finalidade é alcançar uma técnica científica de produção.

É nos meandros dos interstícios desses alicerces, que a genealogia assume a importância para desembotar o vislumbre do conhecimento e perceber o descortinar do funcionamento dessa nova invenção disciplinar, com intuito de fabricar homens dóceis e submissos para atender a necessidade da mecânica da produtividade. Pode-se, sem querer prolongar esta reflexão, relacionar a palavra produção com diversos sentidos, tal como Foucault nos chama atenção: o entendimento dessa mudança ocorre mediante a disciplina

sobre aquele espírito tosco e até com certa agressividade para conseguir um aumento de produção pela suavidade, pela sutileza da incorporação de novos valores que irão provocar o desejo de satisfação em cada indivíduo que quanto mais produz entra em gozo consigo mesmo e adequando-se aos valores da estrutura de poder. Isto, por si mesmo, é capaz de gerar uma competição tão forte entre si que chega a imaginar possuir uma velocidade de produção tão rápida quanto a máquina ou talvez até mais, rememorizando, assim, os primórdios da espécie humana que competiam suas caças com os tigres e as disputavam em velocidade e agressividade pela presa com os leões.

Este espírito de produção moderno não se encerra no processo de construção de riquezas, ele crepita nos fios de rede do tecido social como também na produção de saberes, dentro da instituição escolar e no espaço hospitalar sem utilizar a força e a truculência, pois ela, por si só, possui a potencialidade de homogeneizar os diferentes quereres dos homens para um único fim desejado, ou seja, a produção.

Até que ponto será permitido o uso da arbitrariedade desta estrutura para alcançar a satisfação dos seus desejos mediante a eficácia produção? Percebe-se no ínterim dessa produção a realização do mal infinito para alguns, enquanto para outros é a embriaguez com gozo da satisfação de seu desejo sem limite. Não é à toa que entre tantos grandes homens que deram contribuição significativa para mudança da compreensão do *cosmo* através da física e da matemática, historiadores assinalaram as transformações das relações nos meios sociais.

Foucault afasta-se de alguns fundamentos clássicos da explicação desse momento e busca os seus pressupostos em Jeremy Bentham, o formulador de um conhecimento que mudou radicalmente o significado do poder e do saber quando colocou em cena o *panóptico*: modelo essencial para vigiar os condenados, os doentes, os trabalhadores e as instituições de ensino. Um modelo que veio ao encontro das necessidades produtivas na formulação de comportamento que atendesse as suas necessidades, elemento de vigia fundamental para o ensino das crianças, no atendimento hospitalar em relação aos doentes e até mesmo sobre os cuidados que se deve possuir em relação aos medicamentos dos pacientes.

Tem-se, com efeito, uma reviravolta radical, sobre a concepção clássica, repressora do esconderijo dos leprosos e dos loucos dentro de casa e condenados sob o jugo das correntes para garantir sua segurança tanto quanto a tranquilidade social. O vigiar panóptico é tão eficaz economicamente que o poder começa dispensar a pessoa qualificada que fazia ronda pela cidade e notava a condição que se encontrava em cada moribundo, seja de peste, lepra e alienação mental.

Agora, todos começam a ser vigiados pelo olho de alguém que tudo vê sem ser visto. É o olho sem rosto que, primeiramente, nunca é notado,

esconde-se dentro de uma torre com o formato anelado de onde tudo se vê sem ser percebido, impossibilitando ao vigiado a identificação da pessoa que o guarda, não importa quem seja. Nunca se percebe quem o é, pode até mesmo não existir ninguém a espiar do panóptico, no entanto, ele já internalizou o vigia dentro de si e, com este segundo momento, pouco importa se ele está lá ou não para inspecionar, pois a finalidade do comportamento do condenado, doente, trabalhador e do aluno já foi alcançada quando trouxe o algoz para dentro de si, como assinala Foucault (2010a, p. 192):

> Quem está submetido a um campo de visibilidade, sabe disso retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tendo ao incorpóreo: e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação.

Tais questões concernentes ao poder, saber, disciplina, que fundaram um processo cultural outro balizado pela problemática da produção, alçam também o âmbito institucional da Educação. A academia querendo ou não, está ligada ao processo formativo; logo, deveria gestar o seu discurso na busca do rigor do conhecimento, da produção séria e acuidada desse conhecimento cuja publicização permitisse aos sujeitos que entrassem em contato com tal produção fossem capazes de mudar a sua percepção sobre o entendimento do mundo e das coisas.

No entanto, não é isso que se constata. Tanto a instituição quanto os seus membros repetem e intensificam nela o discurso da produção até então arrolado analiticamente neste trabalho. Chega-se ao ponto de alguns ridicularizarem quem age diferente. Ou seja, fazem crítica aos procedimentos de produção. Não se quer com isso, negar a produção acadêmica, nem tampouco não aceitar a sua importância, mas ela não deve ser produzida sem o rigor. É necessário o mergulho nas reflexões do objeto de pesquisa para conceber o diferente que conduz o questionamento tanto de quem produz quanto de quem o lê.

É preciso demolir as confrarias acadêmicas e teórico-metodológicas fechadas cujos muros são quase intransponíveis para os diferentes ou para quem não faz parte do grupo. Mediante a prática de tais congregações dificilmente aceita-se o trabalho fora dos membros participantes e quando o aceitam parece fazer da astúcia a razão para, posteriormente, utilizar o discurso em defesa própria. E nos casos da não aceitação de outros trabalhos, emudecem e os devolvem sem uma crítica pedagógica e/ou justificativa consistente.

Tais ações deveriam fazer parte dos critérios de corpos editoriais que publicam os conhecimentos acadêmicos. É fundamental para quem esteja imbuído desse poder ter o rigor da leitura, fazer os apontamentos necessários para que no momento do recebimento do não aceite, pela parte do pesquisador, este possa confrontar as críticas, ou até mesmo ser despertado por elementos teóricos que ele não havia percebido.

Além disso, pode ocorrer o pior quando há o afogadilho pela produção, pois parece ser só ela o elemento essencial para qualificar o estudioso, e aí, não se sabe se é de boa de má intenção. Criam-se órgãos de publicização até mesmo mercenários, que só aceitam artigos se houver pagamento para a publicação do produto. Com isso, a qualidade desse trabalho não é o critério relevante, ou seja, a pesquisa, o debruçamento para o haurir do saber fica cataratizado em função do mercenário da produção.

Se existe este risco, deve-se resistir ao discurso instituído para não deixar que a produção do conhecimento caia na banalização. Caso isso ocorra, todos perderão, sobretudo aqueles que buscam o rigor e identificam o seu trabalho com a própria vida. Esses sabem muito bem que dar à luz uma ideia por meio de artigo não se faz num estalar de dedos. É necessário um esforço herculíneo para fazer o diferente e sair da repetição e da mesmice. E que o preconceito intelectual não seja o critério de julgamento de um outro paradigma teórico.

Contudo, não são necessários mais detalhes sobre assunto, pois, pessoas qualificadas já têm falado bastante a respeito. O desejo, aqui, uma vez ao tratar de Foucault olhando essa realidade, é repeti-lo até o dia que se possa haurir deste contexto o diferente e quebrar esse princípio petrificado, desnudar o discurso do poder que paira dentro da academia, mesmo que seja através de outro. É demonstrar a existência de uma resistência em relação à outra. É ressaltar que no jogo do poder e do saber, tem-se uma luta contínua de forças em que uma procura superar a outra e, assim ocorrendo, o combate nunca termina.

Então, não se alcança a paz com o fim do combate entre nações e pessoas, como também ocorre nas universidades. Tanto a força vencedora quanto a derrotada não se obstaculizam, elas continuam e espraiam a sua dominação desde a capilaridade até o corpo acadêmico. Esse potencial de um grão de areia da existência turbina o movimento do combate e o desloca até a dominação para a construção do discurso da formação do poder no corpo da sociedade. Para Foucault, o poder não sai do centro ao atomismo. Ele transita entre os indivíduos, perpassa também, entre todos aqueles que estão ligados ao ensino e à aprendizagem. Cada um deles é receptor e o efeito ao mesmo tempo do poder. Como assinala Foucault (2000, p. 35): "O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo individuo que ele constitui".

Considerações finais

Utilizar a genealogia foucautiana para analisar os departamentos dos cursos das universidades e produção/publicização do conhecimento parece não estar tão distanciada da realidade do novo processo cultural, pautado na produtividade. Balizado na ótica filosófica de Foucault, vê-se o quanto cada indivíduo quer dominar o outro. Utiliza-se, de todos os meios, sobretudo do discurso para persuadir o outro ou o grupo. Quando a força da palavra não convence, recorre-se a agressividade e como não pode mais utilizar a fogueira inquisitória para jogar os indivíduos, usa-se o fogo da língua para demonizar o adversário.

Quem está de fora pensa que onde reina o saber deveria também reinar o consenso. Doce ilusão, pois o que se nota é o dissenso. Até seria bom se para além deste dissenso fosse o instigador, pois assim as labaredas do saber estariam a crepitar em todo espaço de formação de conhecimento. Mas, não havendo esta caldeira efervescente pelo conhecimento, existe o pior consenso na busca de conciliar interesses comuns, e muitas vezes, eles não estão relacionados ao interesse institucional de ensino, mas sim à conquista de mais poder individual. E isto não é a utilização equivocada do maquiavelismo: é fruto do próprio poder.

Observa-se que caso não atenda a conciliação desses interesses, os olhares enfurecidos se digladiam. No entanto, a civilidade, mediante a dissimulação, mascara as relações que, a qualquer momento, podem eclodir. E, talvez, sejam importantes para que isso aconteça, pois, perde-se o respeito ou o pseudo-respeito entre si, principalmente, quando estão tratando de suas matrizes teóricas relacionadas aos próprios interesses. Esta eclosão pode desobstaculizar as mentes adormecidas em seus pigmentos camaleônicos na pretensão de sentirem-se superiores através da rasteirice dos interesses.

Com efeito, na academia, especialmente nos cursos que lidam diretamente com a Educação, vive-se uma tensão de guerra através de outro discurso, com maior frequência entre as partes movidas pelo espírito de uma cientificidade pedagógica, como se só isso fosse suficiente para adquirir o critério de verdade. Há um leque de saberes que deveriam ser explicitados como elementos fundamentais no plasmamento do corpo e da alma para o desenvolvimento integral da formação humana.

Deveria ocorrer, igualmente, o debate entre as teorias clássicas formadoras do pensamento pedagógico e a recorrência de comentários pautada também em autores que realmente possuem consistência teórica, ou seja, aqueles autores que possuem a diferença e provocam deslumbramento com suas interpretações que chegam criar inquietude no estudioso com o encantamento incrustado no saber. No entanto, o discurso da dificuldade ou a impossibilidade de entendimento por parte dos alunos porque não estão preparados para analisar estes autores e seus textos, impossibilitam o con-

tato com quem possa modificar até os valores dos discentes. O pior é que essa atitude é realizada, muitas vezes, por alguns professores que possuem o domínio teórico, porém encharcados de preconceito e agem tal como no período medieval em que restringiam o conteúdo do estudo fundamentando o discurso de que o povo não estaria pronto para aquele conteúdo. Com essa atitude, não provocam uma agressividade positiva em seus alunos e os deixam idênticos às ovelhas que tudo aceitam balançando a cabeça sem saber o que estão a afirmar ou a negar sem a consciência de que, talvez, estejam concordando com a morte cultural.

Isto causa um certo desespero em quem tem consciência que a educação é um dos pilares que pode realizar a transformação tanto no indivíduo quanto na sociedade, mediante a qual pode se chegar a provocar e realizar a verdadeira práxis pedagógica. Com a marca da diferença, perde-se a potencialidade daqueles que assumem o discurso hegemônico da identidade de querer homogeneizar os conteúdos, desejando até formar uma escada como essencial para atingir o pódio dos saberes.

Com este objetivo, há uma corrente que defende que a pedagogia deve ser uma ciência, pois isto asseguraria sua relevância diante do mundo acadêmico. Essa atitude atinge o exagero de querer construir um perfil para o pedagogo. O pior é que esse modelo de educação impossibilita transitar entre os diversos conhecimentos que perpassa o campo teórico e o prático da arte, do meio ambiente, da sexualidade, da filosofia, da sociologia, do lúdico que provocam o desenvolvimento da sensibilidade e da racionalidade e possibilita criar debates de ideias entre os alunos, para que estes possam desenvolver a sua argumentação.

Contudo, prender-se nos pressupostos da cientificidade para resguardar a autoridade acadêmica, para realizar o julgamento de quais são os saberes necessários e quais não os são, é perder a dimensão da *arte de formar*, é cair no dogmatismo científico que, muitas vezes, é mais preconceituoso que o próprio pensamento religioso. Por isso, a partir do estudo da genealogia foucaultiana é possível fazer duras críticas a este espírito de cientificidade quando procura legitimar somente os seus pressupostos como critérios de verdade, sem levar em consideração as riquezas de outros saberes e, aqui, pensa-se que ele pode ser imprescindível para colocar em estado de choque aqueles que fazem apologia à ciência como critério de verdade, como diz Foucault (1996, p. 172),

> a genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico.

Referências

BOSI, Alfredo. O crucifixo nos tribunais. **Carta Capital**, nº 692, 8 abr. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: A vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder – Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

MACHADO, Roberto. "Introdução". In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

Artigo recebido em 01/05/2012, aceito para publicação em 22/11/2012 e publicado em 20/12/2012.